

3. Por entre os caminhos da investigação

"As ciências humanas não se referem a um objeto mudo ou a um fenômeno natural, referem-se ao homem em sua especificidade. O homem tem a especificidade de expressar-se sempre, ou seja, de criar um texto. Quando o homem é estudado fora do texto, já não se trata de ciências humanas" (BAKHTIN,1992, p.334).

O capítulo anterior buscou na história, nas políticas nacionais e municipais e na produção acadêmica pistas sobre a situação das políticas para os profissionais de Educação Infantil, em especial o auxiliar presente nas creches e pré-escolas municipais. Essas pistas foram importantes para a elaboração das questões e do objeto da dissertação, que serão apresentados a seguir.

Este capítulo, que evidencia as escolhas metodológicas para a realização da pesquisa, está organizado em quatro itens. O primeiro item, "A Pesquisa Institucional", expõe as etapas do desenvolvimento da pesquisa institucional e seus instrumentos metodológicos, visto que a pesquisa da dissertação se consolidou a partir da pesquisa institucional "Educação Infantil e Formação dos Profissionais no Estado do Rio de Janeiro: concepções e ações". No item dois, "A Pesquisa da Dissertação", tem a intenção de apresentar as escolhas para a realização da investigação da dissertação, bem como os objetivos, suas questões e instrumentos metodológicos e categorias de análises. Por fim, no último item, "O Campo Empírico", é apresentado o campo empírico deste estudo, considerando informações do relatório da pesquisa institucional (NUNES, CORSINO E KRAMER, 2011b) e de diferentes instrumentos de coleta de informação (INEP, IBGE e setores estatísticos estaduais e municipais).

3.1. A pesquisa institucional

A pesquisa "Educação Infantil e Formação dos Profissionais no Estado do Rio de Janeiro: concepções e ações"¹, realizada entre 2009 a 2011, teve o objetivo de conhecer as políticas de Educação Infantil e de formação dos profissionais nos municípios do Estado. A metodologia incluiu aplicação de questionário e entrevistas

¹ Pesquisa Financiada pelo CNPq e FAPERJ.

com responsáveis pela Educação Infantil das secretarias dos municípios pesquisados, além de observação e fotografias dos espaços de creches, pré-escolas e escolas. A escolha dessas fontes visou assegurar uma metodologia que viabilizasse comparar os dados obtidos em 1999/2001 sobre a Educação Infantil municipal no Estado (KRAMER ET AL, 2001).

O **questionário**, utilizado na pesquisa de 1999/2001 foi analisado e atualizado nas reuniões do grupo de pesquisa. De forma a verificar sua aplicabilidade no contexto atual do Estado do Rio de Janeiro foram considerando as mudanças das políticas públicas no período, tais como a transferência das creches para os sistemas educacionais, após a determinação pela LDB de 1996 e a aprovação do FUNDEB.

A revisão/atualização do questionário foi realizada passo a passo por um grupo representativo de pesquisadores e a assessoria de um perito em estatística ao longo de todo o processo. Além disso, cada membro do grupo respondeu ao questionário como sendo um informante, anotando questões a serem analisadas nas reuniões de pesquisa.

Após a revisão, o questionário² ficou estruturado por uma seção inicial de identificação do questionário e seis blocos temáticos respectivamente: Dados Gerais do Município, Sistema de Ensino no Município, Organização e Funcionamento da Educação Infantil no Município, Formação dos Profissionais da Educação Infantil, Ingresso e Carreira dos Profissionais de Educação Infantil e Recursos Financeiros e Materiais.

Sendo um questionário autoaplicável, e por isso não demandando a presença do pesquisador para seu preenchimento, foram enviadas com o questionário as orientações de preenchimento do questionário³. As orientações tiveram como objetivo contextualizar o questionário e informar a nossa disponibilidade para esclarecer dúvidas através de um plantão de atendimento telefônico. Além das orientações, também foi enviada uma carta⁴ de apresentação da pesquisa aos municípios.

O retorno foi de 59 (61,95%) dos questionários enviados aos 92 municípios do

² Encontra-se em anexo, o modelo do questionário aplicado.

³ As orientações de preenchimento do questionário encontram-se em anexo.

⁴ Modelo de carta de apresentação aos municípios em anexo.

Estado.

Fazendo um contraponto com os municípios que responderam o questionário e a distribuição dos municípios do Estado, segundo o número de habitantes, percebe-se na tabela a seguir, percentuais relativos ao tamanho da população bastante próximos à totalidade do Estado:

Tabela 1: Municípios do Estado e Municípios estudados, segundo classe de tamanho dos municípios.

Classes de tamanho dos municípios (n° de habitantes)	Municípios do Estado	Municípios Estudados
	%	%
Até 20 000	30,4	22,0
Mais de 20 000 a 50 000	30,4	33,9
Mais de 50 000 a 250 000	28,3	32,2
Mais de 250 000 a 500 000	5,4	6,8
Mais de 500 000	5,4	5,1
Total	100,0	100,0

Fonte: IBGE, 2009

Microdados pesquisa Educação Infantil e Formação de Profissionais no Estado do RJ, 2009.

Dessa forma, além de conferir a representatividade do Estado do Rio de Janeiro, permite fazer, pela proporcionalidade, aproximações com os municípios que não se fizeram presentes na pesquisa institucional.

Após o retorno, os questionários foram encaminhados para o tratamento estatístico, a partir do software STATA (Data Analysis and Statistical Software). Esta Base de Dados foi transformada e disponibilizada aos pesquisadores no formato SPSS (Statistical Package for Social Science). As respostas contidas nos questionários foram relatadas com o uso de medidas descritivas (frequências e porcentagens) que objetivam sintetizar uma série de valores da mesma natureza, oferecendo, desta forma, uma visão global dos resultados, organizados por meio de tabelas e gráficos.

Além dos questionários, foram também realizadas **entrevistas** com os responsáveis pela Educação Infantil em 24 municípios. A proposta inicial da pesquisa era ir à 1/3 dos municípios do Estado, assim distribuídos: todos os municípios da Região Metropolitana; municípios com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) alto; municípios próximos a cidade do Rio de Janeiro. No total seriam 33 municípios do Estado. Porém, foram encontradas dificuldades no agendamento das entrevistas

em alguns municípios.

Depois de inúmeras tentativas, por várias razões - questões de políticas locais com mudanças de cargo nos municípios, problemas de chuvas intensas no Estado do Rio de Janeiro, entre outras - não foi possível realizar as entrevistas em dez dos municípios previstos. A resistência em colaborar com a pesquisa pode significar também que não possuem dados organizados sobre a situação da Educação Infantil, que querem camuflar a realidade de precariedade, e ainda, que não percebem a relevância social das pesquisas em Educação (CASTRO E RICCI, 2010).

As entrevistas foram solicitadas por carta enviada junto ao questionário, pedindo que a secretaria indicasse dois profissionais para serem entrevistados sobre a situação da Educação Infantil no município. Todas as entrevistas foram planejadas previamente a partir de um roteiro com questões abertas (qual a proposta municipal para a Educação Infantil? Quais os avanços, conquistas, desafios, dificuldades e problemas da Educação Infantil no município? Como foi responder ao questionário? Teve alguma pergunta que nós não demos conta ao elaborar o questionário?).

No total, foram realizadas 24 entrevistas com os responsáveis pela Educação Infantil nos seguintes municípios: Armação de Búzios, Belford Roxo, Cabo Frio, Duque de Caxias, Guapimirim, Iguaba Grande, Itaboraí, Itaguaí, Macaé, Mangaratiba, Maricá, Nilópolis, Niterói, Nova Friburgo, Paracambi, Petrópolis, Resende, Rio Bonito, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica, Tanguá, Três Rios e Volta Redonda.

As entrevistas foram gravadas com autorização dos entrevistados e ao final de cada entrevista foram entregues fichas solicitando o preenchimento de nome completo, idade, município de moradia, formação, função atual, tempo no cargo atual, tempo no magistério e tempo na rede pública de ensino. Com isso, foi possível conhecer o perfil dos entrevistados e o lugar de onde fala, seus contextos de produção dos discursos (BAKHTIN, 1988).

Segundo o relatório da pesquisa (NUNES, CORSINO E KRAMER, 2011a), ao todo, foram 73 (setenta e três) profissionais entrevistados. Dentro desses, 71 (setenta e uma) eram mulheres e dois homens. 67 (sessenta e sete) se identificaram como gestores e seis como professores. Quanto à escolaridade, 71 (setenta e um)

entrevistados possuem graduação (quatro possuem dupla formação), 50 (cinquenta) possuem pós-graduação (quatro com dupla titulação e três com tripla titulação).

No que se refere ao tempo de trabalho, a maioria possui experiência de trabalho nas escolas da rede pública dos municípios e muitos ainda continuam dentro das escolas paralelamente ao trabalho nas secretarias. Foi evidenciado, pelas fichas com o perfil dos entrevistados, que os gestores apresentam pouco tempo no cargo dentro das secretarias, sendo um possível dado de uma descontinuidade política entre os governos municipais.

Depois de todas as entrevistas realizadas, foram feitas as transcrições dos relatos, possibilitando a realização das análises preliminares dos textos transcritos. Nesse processo de análise preliminar⁵ surgiram quatro categorias de análise: Gestão da Rede, Gestão da Creche, Pré-escola ou Escola, Identidade da Educação Infantil e Formação. Essas categorias e as entrevistas transcritas foram inseridas no Banco de Dados do software NVivo, versão 9.0, permitindo, juntamente com outros elementos recolhidos pela pesquisa (planos de carreira, leis municipais e questionários), captar e compreender a visão da Educação Infantil nos municípios investigados.

As informações, sobre a Educação Infantil e seus profissionais, recolhidas pela pesquisa institucional se mostraram interessantes para a dissertação, trazendo caminhos para conhecer a situação das políticas municipais para o auxiliar de creche e pré-escola.

3.2. A pesquisa da dissertação

A opção em retornar aos dados construídos pela pesquisa institucional se sustentou nos estudos de Walter Benjamin (1994a, 1994b), que ressaltam a observação dos pormenores e detalhes como possibilidade para revelar fatos previamente não notados:

“quem pretende se aproximar do próprio passado soterrado deve agir como um homem que escava. Antes de tudo, não deve temer voltar sempre ao mesmo fato, espalhá-lo como se espalha terra, revolvê-lo como se revolve o solo. Pois “fatos”

⁵ A análise preliminar a que me refiro é a leitura e análise manualmente dos textos transcritos, sem o uso do software.

nada são além de camadas que apenas à exploração mais cuidadosa entregam aquilo que recompensa a escavação. Ou seja, as imagens que, desprendidas de todas as conexões mais primitivas, ficam como preciosidades nos sóbrios aposentos de nosso entendimento tardio, igual a torsos na galeria do colecionador” (BENJAMIN, 1994b, p.237).

Diante do referencial teórico de Benjamin, em especial da figura do historiador e do colecionador, voltamos aos estudos teóricos, apresentados no item 1.4 - O auxiliar na Educação Infantil. O conhecimento de poucos estudos sobre o auxiliar, e a intenção, assim como a figura do colecionador de Benjamin, de “renovar o mundo velho” (1994b, p.229) das políticas para a infância e para os profissionais da Educação Infantil, levaram a busca por coerência entre o que já foi estudado e o que ainda podia ser estudado.

Assim, nos aos artigos, teses e dissertações analisadas foi encontrado, por recorrências e também dissonâncias, cinco temas, que constituem as categorias, que serão utilizadas para as análises das políticas municipais para o auxiliar, a saber: salário, nome do cargo, formação, função, carga horária e vínculo.

No quadro a seguir podem ser percebidos os estudos teóricos relacionados às categorias:

Quadro 3. Construção das categorias

Estudos Teóricos	Categorias
Gusmão (1997)	Salário
Campos (1985,2002, 2003)	Nome do cargo
Gusmão (1997) Scramingnon (2011a) Prado (2006)	Formação
Cerisara (2004) Prado (2006) Salomão (2009) Tiriba (2005) Kramer (org. 2005)	Função
Cerisara (2004) Tatagiba (2006)	Vínculo

Fonte: Dados da dissertação

Assim, a revisão bibliográfica não só possibilitou potencializar as análises com as categorias, mas proporcionou também reformular questões e objetivos desta dissertação.

As questões norteadoras são: como são denominados os Auxiliares de

Educação Infantil nos municípios do Estado do Rio de Janeiro? Qual(is) a(s) as atividades exercidas por esses profissionais? Qual a escolaridade mínima exigida para o ingresso desses profissionais? Esses profissionais participam da formação em serviço oferecidos pelas secretarias? Qual a média salarial dos Auxiliares da Educação Infantil? Qual o enquadramento funcional desses profissionais? Eles trabalham em Creche ou Pré-Escola? Qual a carga horária semanal de trabalho deles? Esses profissionais são concursados ou contratados pelas prefeituras?

No intuito de responder a essas questões, o objetivo é o de conhecer e analisar a situação dos auxiliares de Educação Infantil nos municípios e de que forma se configuram as políticas municipais para esses profissionais a partir dos responsáveis pela Educação Infantil nas secretarias dos municípios investigados pela pesquisa institucional “Educação Infantil e Formação dos Profissionais no Estado do Rio de Janeiro: concepções e ações”, realizada entre 2009-2011.

Para atingir o objetivo e levando em consideração às referências teóricas, a construção dos dados se deu a partir das análises dos dados dos questionários e das entrevistas da pesquisa institucional, além dos documentos oficiais das secretarias municipais de educação do Estado do Rio de Janeiro, em específico: editais de contratação por concurso público e planos de carreira. A opção por esses instrumentos metodológicos foi devida ao fato de oferecerem subsídios importantes para a administração da Educação Infantil pelos governos municipais, e principalmente para as políticas para os auxiliares.

Com os questionários e as entrevistas garantindo a representatividade dos municípios do Estado do Rio de Janeiro, como já justificado anteriormente, é possível julgar aspectos sobre a situação das políticas para os auxiliares. Os documentos das secretarias, por um lado, contribuem para conhecer as concepções teóricas (de Educação Infantil), por outro, políticas e modos de implementação das ações e projetos para esses profissionais.

Assim, temos ao todo 59 questionários, 24 entrevistas, 21 planos de carreira e 15 editais de concursos públicos para o cargo de Auxiliar de Educação Infantil, nos seus diversos nomes de acordo com o município. Diante desses materiais temos o seguinte panorama da pesquisa, como mostra o quadro abaixo.

Quadro 4. MAPA DA PESQUISA: Questionários, entrevistas, planos de carreira e editais de concurso público

Municípios	Questionários	Entrevista	Planos de carreira	Editais
Angra dos Reis	Sim	Não	Sim	Sim
Aperibé	Sim	Não	Não	Sim
Araruama	Sim	Não	Sim	Não
Areal	Sim	Não	Sim	Não
Armação de Búzios	Sim	Sim	Não	Sim
Arraial do Cabo	Sim	Não	Sim	Não
Belford Roxo	Sim	Sim	Não	Não
Bom Jardim	Sim	Não	Não	Não
Bom Jesus do Itabapoana	Sim	Não	Sim	Não
Cabo Frio	Sim	Sim	Sim	Não
Cachoeiras de Macacu	Sim	Não	Não	Não
Cantagalo	Sim	Não	Não	Não
Carapebus	Sim	Não	Não	Não
Carmo	Sim	Não	Não	Não
Casimiro de Abreu	Sim	Não	Sim	Não
Cordeiro	Sim	Não	Sim	Não
Duque de Caxias	Sim	Sim	Não	Não
Engenheiro Paulo de Frontin	Sim	Não	Não	Sim
Guapimirim	Sim	Sim	Não	Não
Iguaba Grande	Sim	Sim	Sim	Não
Itaboraí	Sim	Sim	Não	Não
Itaguaí	Sim	Sim	Sim	Não
Italva	Sim	Não	Não	Sim
Itaperuna	Sim	Não	Não	Não
Macaé	Sim	Sim	Não	Não
Mangaratiba	Sim	Sim	Sim	Não
Marica	Sim	Sim	Sim	Não
Mesquita	Sim	Não	Não	Sim
Miguel Pereira	Sim	Não	Não	Sim
Nilópolis	Sim	Sim	Não	Não
Niterói	Sim	Sim	Sim	Não
Nova Friburgo	Sim	Sim	Não	Sim
Paracambi	Sim	Sim	Não	Não
Paraíba do Sul	Sim	Não	Sim	Sim
Petrópolis	Sim	Sim	Não	Não
Pinheiral	Sim	Não	Sim	Não
Piraí	Sim	Não	Sim	Não
Porciúncula	Sim	Não	Sim	Não
Quatis	Sim	Não	Sim	Não
Queimados	Sim	Não	Não	Não
Quissamã	Sim	Não	Sim	Não
Resende	Sim	Sim	Não	Não
Rio Bonito	Sim	Sim	Não	Não
Rio das Flores	Sim	Não	Não	Não
Rio das Ostras	Sim	Não	Sim	Não
Rio de Janeiro	Sim	Não	Não	Sim
Santa Maria Madalena	Sim	Não	Sim	Não
São Fidélis	Sim	Não	Não	Não
São Gonçalo	Sim	Sim	Não	Não
São João da Barra	Sim	Não	Não	Sim
São João de Meriti	Sim	Sim	Não	Sim
São José de Ubatuba	Sim	Não	Não	Não
Sequaraema	Sim	Não	Não	Não
Seropédica	Sim	Sim	Não	Não
Silva Jardim	Sim	Não	Não	Não
Tanguá	Sim	Sim	Não	Sim
Teresópolis	Sim	Não	Não	Sim
Três Rios	Sim	Sim	Sim	Não
Vassouras	Sim	Não	Não	Não
Volta Redonda	Sim	Sim	Não	Sim
Total	59	24	21	15

Fonte: Dados da dissertação

De acordo com o quadro temos treze municípios que participaram da pesquisa pelo envio dos questionários; onze municípios por entrevistas e questionários; doze

por questionários e planos de carreira; nove municípios participaram pelos questionários e editais de concursos para o auxiliar; oito pelos questionários, entrevistas e planos de carreiras; cinco pelos questionários, entrevistas e editais de concursos para o auxiliar e um município participou pelo questionário, plano de carreira e edital.

Com as questões norteadoras deste estudo e o objetivo definido, o próximo passo foi o de ancorar questionários, entrevistas, planos de carreira e editais para o cargo de Auxiliar nas cinco categorias, que encontramos nos levantamentos bibliográficos.

Nesse processo, os quesitos⁶ do questionário, foram desprendidos do todo, tornando-se preciosidades para potencializar as análises e interpretações das políticas públicas para o auxiliar de Educação Infantil, como evidencia o quadro abaixo.

Quadro 5. Quesitos do questionário por categorias

Categorias	Quesitos do questionário
Nome do cargo	Quesito 27 (existem auxiliares que atuam diretamente com as crianças nas creches e pré-escolas?); Quesito 28 (caso sim, como eles são denominados?)
Formação	Quesito 29 (a secretaria implementa algum projeto de formação?); Quesito 30 (percentual de municípios participantes, segundo os responsáveis pelo planejamento dos projetos de formação em serviço, que envolvem os profissionais da E.I.); Quesito 31 (profissionais envolvidos nos projetos de formação em serviço); Quesito 37 (a secretaria implementa algum projeto de formação para os professores?); Quesito 38 (a secretaria implementa algum projeto de formação para os auxiliares?); Quesito 41 (instituições parceiras na formação em serviço); Quesito 43 (formação mínima exigida, segundo o cargo de diretor, professor e auxiliar)
Função	Quesito 12 (Distribuição de estabelecimento, de turmas, de alunos, de docentes e de Auxiliares de E.I., segundo modalidade de ensino); Quesito 47 (enquadramento funcional de diretor, professor e auxiliar); Quesito 54 (profissionais que atuam na E.I. em atividades de planejamento, segundo a modalidade de ensino e a carga horária semanal de trabalho);
Vínculo	Quesito 58 (vínculo empregatício dos cargos diretor, professor e auxiliar); Quesito 57 (existências de convênios com Creches); Quesito 59 (formas de apoio as creches conveniadas); Quesito 62 (existência de convênios em Pré-Escola); Quesito 64 (formas de apoio as pré-escolas conveniadas); Quesito 68 (informações complementares do município)

⁶ Quesitos são os itens do questionário. Opto nesta dissertação chamar de quesito para acompanhar a decisão do grupo de pesquisa INFOC, do qual participo.

Salário	Quesito 55 (piso salarial).
---------	------------------------------------

Fonte: Dados da dissertação

Diante do quadro, pode-se perceber que o questionário deixa a sua disposição original e passa a ser organizado pelas categorias: função, nome do cargo, formação, vínculo e salário. Assim, fica associada à categoria ao dado do questionário, utilizando o questionário para atender as questões e o objetivo desta dissertação: ao todo o questionário possui 68 quesitos, a partir das categorias direciono a análise para 19 quesitos.

Nesse caminho, as categorias ordenam os quesitos do questionário para que facilite a análise dos dados a serem construídos. A construção dos dados consiste na tarefa de investigar, procurar, observar, anotar, provocando constantes relações entre o encontro e desencontro dos dados (KRAMER, 2005a).

Desta forma, as categorias contribuíram para orientar nova leitura dos instrumentos metodológicos e assegurar a consistência aos dados (BRANDÃO, 2002). A releitura se pautou novamente na ideia das coleções, presente nas obras de Benjamin (1994b), em que a arte de colecionar é uma tensão dialética entre a ordem e a desordem, que se inicia ao encontro de cada peça:

“Estou desempacotando minha biblioteca. Sim estou. Os livros, portanto, ainda não estão nas estantes; o suave tédio da ordem ainda não os envolve. Tampouco posso passar ao longo de suas fileiras para, na presença de ouvinte amigos, revisitá-los. Nada disso vocês tem de temer. Ao contrário, devo pedir-lhes que se transfiram comigo para a desordem de caixotes abertos à força (...)” (BENJAMIN, 1994b, p.227).

Sendo assim é importante, no caso desta dissertação, escutar/ouvir, observar/ver, escavar/procurar, a fim de compreender a história e os acontecimentos, permitindo questionar o presente (BENJAMIN, 1994b).

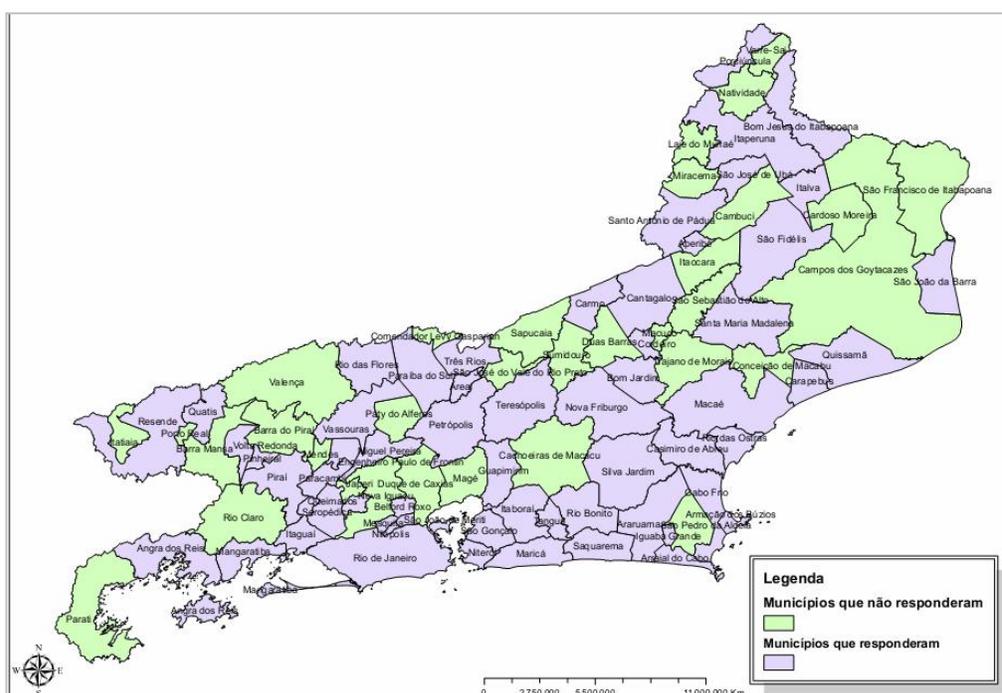
A seguir, apresento a realidade investigada, descrevendo o contexto, levantando algumas hipóteses e apontando caminhos para que a investigação seja aprofundada. Assim, a seguir serão apresentadas as principais características do universo pesquisado, considerando dados do relatório da pesquisa institucional e de

diferentes instrumentos de coleta (Inep, IBGE e setores estatísticos estaduais e municipais).

3.3. O campo empírico

O universo pesquisado compreende municípios que participaram da pesquisa “Educação Infantil e Formação dos Profissionais no Estado do Rio de Janeiro: concepções e ações”. Os municípios pesquisados estão distribuídos em todas as regiões administrativas do Estado do Rio de Janeiro: Metropolitana, Serrana, Baixada Litorânea, Médio Paraíba, Centro Sul Fluminense, Norte Fluminense, Costa Verde e Noroeste Fluminense. Como podem observar no mapa a seguir.

Mapa 1⁷: Municípios do Estado que participaram da pesquisa



Fonte: microdados da Pesquisa Educação Infantil e Formação de Profissionais no Estado do Rio de Janeiro: Concepções e Ações, PUC-Rio, 2009.

O panorama da Educação Infantil no Estado, que a pesquisa institucional possibilitou, garante a representatividade dos municípios do Estado do Rio de Janeiro, e permitem conhecer não só a situação dos auxiliares, mas também

⁷ Uma versão ampliada do mapa encontra-se em anexo.

possibilita avaliar a cobertura, organização e funcionamento da Educação Infantil, as políticas de formação dos profissionais e a interferência das políticas macro (estaduais ou federais) na gestão local.

Atualmente, o Estado do Rio de Janeiro possui 92 municípios e suas regiões administrativas têm origem em processos de fragmentação territorial. As emancipações dos municípios começaram antes dos anos 1900, no período de 1565 a 1891. Nesse intervalo de anos, foram criados 22 municípios (37,3%), como evidencia a tabela abaixo.

Tabela 2: Municípios participantes da pesquisa, segundo o ano de criação – 2009

Ano de criação	Municípios (%)
Antes de 1900	37,3
De 1900 a 1950	11,9
De 1950 a 1970	5,1
De 1970 a 1980	0,0
De 1980 a 1990	5,1
De 1990 a 2000	18,6
Depois de 2000	1,7
Sem resposta	20,3
Total	100,0

Fonte: microdados da Pesquisa Educação Infantil e Formação de Profissionais no Estado do Rio de Janeiro: Concepções e Ações, PUC-Rio, 2009.

Com o passar dos anos de 1900 e as transformações políticas e econômicas, novos municípios foram surgindo. O deslocamento das classes empobrecidas com a reforma Pereira Passos e a adoção do modelo desenvolvimentista de substituição de importação foram fenômenos que favoreceram o crescimento da Região Metropolitana, por possibilitar a concentração de população e investimentos na cidade do Rio de Janeiro e no entorno (BARROS, 2012) e a emancipação dos municípios, no período de início do século XX até os anos 1950 (11,9%).

Na tabela 2 constata-se que o período de 1990 a 2000 teve significativo número de municipalizações (18,6%), podendo ser resultado da institucionalização do Federalismo⁸, pela Constituição de 1988, e da implantação do FUNDEF, em 1996.

⁸ Segundo Arretche (2002), no Federalismo, o governo central e os locais são interdependentes entre si e soberanos em suas respectivas jurisdições. Soberania dada pelo voto popular, bases fiscais e policiamento local.

Segundo Souza e Faria (2003), a criação do fundo contribuiu para uma corrida à municipalização:

“Decorrente do caráter contábil do Fundef, o que passou a levar muitos municípios a criar seus próprios sistemas, de modo a não se verem impedidos de utilizar verbas de seus orçamentos, o que significaria a perda propriamente dita destes recursos” (p.64).

Além das mudanças na abrangência geográfica, o cenário do Estado, de 1999 a 2009, possuiu intensa migração, como podemos perceber na tabela abaixo.

Tabela 3 - População residente e as regiões do Estado, 2001 – 2009 (%)

Regiões do Estado	População Residente 2001	População Residente 2009
Capital	41,4	36,7
Metropolitana*	34,5	32,3
Serrana	5,3	10,0
Baixadas Litorâneas	3,5	5,3
Médio Paraíba	5,5	5,3
Centro Sul Fluminense	1,7	1,6
Litoral Sul Fluminense**	1,1	2,0
Norte Fluminense	4,9	4,8
Noroeste Fluminense	2,1	1,9
TOTAL	100	100

Fonte: Sidra/IBGE – Censo Demográfico 2000/ DATASUS - 2007-2009: IBGE - Estimativas elaboradas no âmbito do Projeto UNFPA/IBGE (BRA/4/P31A) - População e Desenvolvimento. Coordenação de População e Indicadores Sociais

*Exclusivo o município do Rio de Janeiro

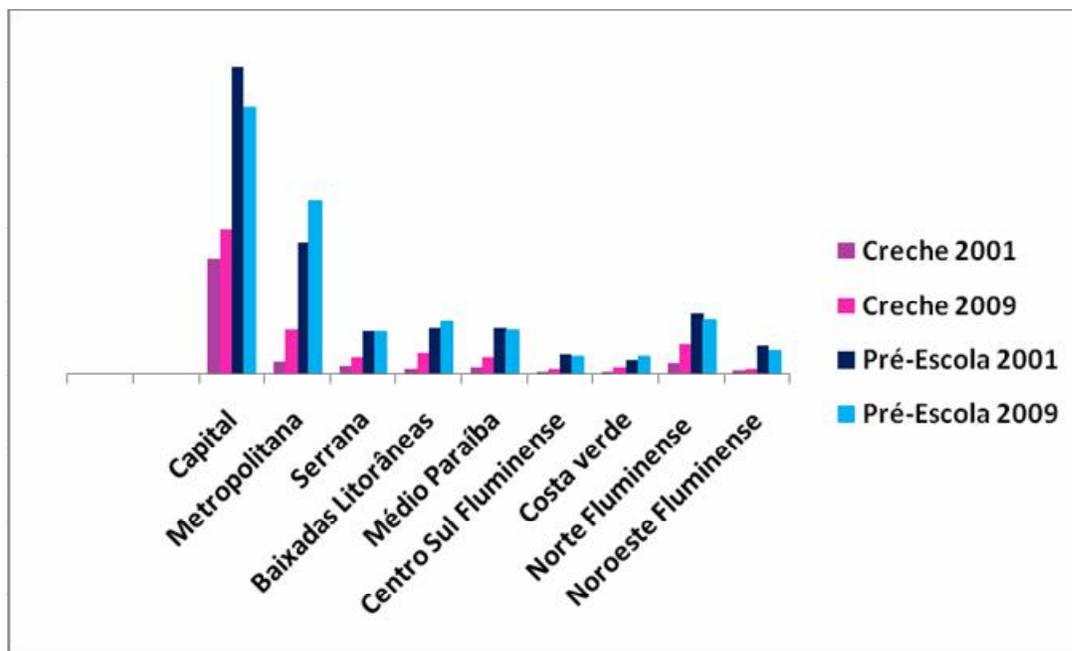
** Em 2009 esta Região é denominada Costa Verde
Microdados pesquisa Educação Infantil e Formação de Profissionais no Estado do RJ, 2001/2009.

Nessa tabela comparativa, percebe-se a redução da população nas Regiões Metropolitana, Médio Paraíba, Centro Sul, Norte e Noroeste, tendo a Capital à perda de 4,7% da sua população de 2001. E contrariamente, o aumento no número de habitantes residentes nas demais Regiões (Serrana, Baixadas Literâneas e atual Costa Verde). Essas migrações, segundo Nunes, Corsino e Kramer (2011a) são reflexos do acréscimo das atividades econômicas em algumas regiões e da reorganização da atividade produtiva de outras.

Sobre a Educação Infantil, o Estado possui divergências quanto ao número de crianças matriculadas nessa etapa da Educação Básica. Quanto ao número de matrícula em creche e pré-escola nas regiões, houve grandes mudanças na década de

2001 a 2009, como pode ser conferido no gráfico a seguir.

Gráfico 1 – Número total de matrículas em creches e pré-escolas nas Regiões do Estado pesquisado em 2001⁹ e 2009.



Fonte: Inep, Censo 2001 e 2009

Microdados pesquisa Educação Infantil e Formação de Profissionais no Estado do RJ, 2009.

De posse desse gráfico, percebe-se que houve expansão da creche em todas as regiões. Em 2001, também no Estado, as matrículas das creches se concentravam na Capital e na Região Metropolitana. Em 2009, a Região Metropolitana duplica a sua participação no Estado.

Quanto à matrícula em pré-escola, percebe-se um decréscimo em 2009 com relação a 2001. Por tanto, temos que desconfiar desse resultado devido à lei 11.114/2005, reiterada pela Emenda Constitucional n° 53/2006, que define a Educação Infantil, em creche e pré-escola, às crianças de até cinco anos de idade (BRASIL, 2006a), e a desarticulação entre os entes federados quanto à data de ingresso no ensino fundamental¹⁰, podemos ter crianças de cinco e seis anos em um

⁹ Neste sentido, o uso do censo escolar de 2001 e 2009, ao invés de 1999, pois esse foi o primeiro ano de coleta de dados de criança em creche, parece relevante a ser considerado.

¹⁰ Segundo Nunes, Corsino e Kramer (2001b), a resolução do CNE sobre o assunto indica que as crianças que completarem seis anos após a 31 de março que sejam matriculadas no ensino fundamental. Já o Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro indica 31 de dezembro e a resolução de matrícula da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, por exemplo, indica o dia 30 de junho. Evidenciando tal desarticulação. Para concretizar mais ainda essa discussão, a

município na pré-escola e em outro no ensino fundamental.

No relatório de pesquisa é possível identificar que a Educação Infantil no Estado está organizada de diferentes formas. Há instituições que só atendem à creche, algumas destas só aceitam crianças a partir de dois anos, outras englobam também a pré-escola ou só as crianças de quatro anos. Poucas são as instituições que incluem toda a Educação Infantil.

Há municípios, segundo o relatório¹¹, encaminhando turmas de crianças de três anos para o espaço do ensino fundamental para ampliar a oferta de vagas de creche. Esta tendência de organização causa preocupação pela necessidade de integração entre Educação Infantil e Ensino Fundamental que passam a dividir o mesmo espaço, muitas vezes sem a adequação necessária.

Foi observado também que os programas de formação continuada são importantes requisitos para a construção de uma Educação Infantil de qualidade e devem garantir espaços de reflexão sobre a prática cotidiana em termos pedagógicos, éticos e políticos, e é fundamental que os governos municipais respeitem a exigência de formação mínima prevista em lei bem como estimulem a formação superior, em vez da contratação de auxiliares, exigindo apenas o ensino fundamental como escolaridade.

A presença dos auxiliares na Educação Infantil também apareceu como resultado da pesquisa realizada em 2001 pelos pesquisadores da Pontifícia Universidade Católica (KRAMER ET AL, 2001). O cargo não existia em quase a metade dos 54 municípios que participaram da pesquisa. Entre os municípios que afirmaram ter o auxiliar: 22 municípios (40,7%) só exigiam ensino fundamental.

Provocando questões aos pesquisadores:

“(…) se a formação mínima é ensino fundamental, isso quer dizer que não têm formação específica de professor? Tem como função fazer faxina, limpeza, higiene das crianças e não participam da formação pedagógica? E ainda, o alto número de informantes que não sabe ou não respondeu à pergunta sobre formação mínima de auxiliares (25) indica que não há Auxiliares nestes municípios? Ou sequer é exigido ensino fundamental para eles?” (KRAMER ET AL, 2001, p.53).

pesquisa institucional evidencia incidência de ingresso aos 5 anos no ensino fundamental.

¹¹ Nunes, Corsino e Kramer, 2011a

Essas dúvidas sobre o auxiliar continuam. A rápida contextualização da Educação Infantil no Estado do Rio de Janeiro ajuda a compreender a necessidade de estudar as políticas municipais para os profissionais da Educação Infantil, em especial o auxiliar, que é um profissional atuante nos municípios e nas unidades escolares e pouco conhecido pelas pesquisas acadêmicas, bem como vimos até aqui.